

MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

CARGO DE ANALISTA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO – ÁREA JURÍDICA

Prova Discursiva

Aplicação: 5/7/2026

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

O pacto federativo brasileiro é constituído por três níveis: federal, estadual e municipal, havendo autonomia em cada nível. Nos âmbitos federal e estadual, atuam os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e, no âmbito municipal, apenas os dois primeiros. Os entes federativos gozam de autonomia para criar normas, estabelecer seus orçamentos e tributos no âmbito de suas competências.

A mencionada resolução do CNJ não viola o pacto federativo, uma vez que os tribunais de justiça, ainda que formalmente ambientados nos respectivos estados, integram um organismo nacional, conforme entendimento do STF. O CNJ, como órgão administrativo de cúpula do Poder Judiciário, foi criado justamente para ordenar e controlar os atos administrativos e financeiros dos órgãos do Poder Judiciário, inclusive desvios éticos de magistrados.

Em relação à separação de Poderes, segundo a teoria defendida por Montesquieu e estabelecida na Constituição Federal de 1988 (CF), há três Poderes independentes e harmônicos — Legislativo, Executivo e Judiciário —, cabendo ao Poder Judiciário a função precípua de julgar; ao Executivo, a função de administrar; e ao Legislativo, as funções de fiscalizar e legislar.

Contudo, para garantir a harmonia e a independência desses Poderes, há necessidade de cada um deles exercer funções atípicas, bem como haver um sistema de freios e contrapesos, segundo o qual um Poder tem funções de controle em relação aos demais, a fim de evitar abuso e concentração de poder, hipóteses expressamente previstas no texto constitucional, os quais não podem imiscuir-se nas questões *interna corporis*, ou seja, relativas ao funcionamento interno de cada Poder.

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 1.1 – Abordagem do tema

Quesito 1.1.1 – Pacto federativo brasileiro

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos delimitados ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) estrutura da Federação; (ii) autonomia das unidades federadas; (iii) competência das unidades da Federação para disciplinar sobre jornada de trabalho e controle administrativo, financeiro e ético-disciplinar; (iv) competência dos Poderes Judiciário e Executivo nessa mesma matéria.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos enumerados.

Quesito 1.1.2 – Separação dos Poderes

Conceito 0 – Não abordou nenhum dos aspectos delimitados ou o fez de forma totalmente equivocada.

Conceito 1 – Abordou corretamente apenas um dos seguintes aspectos: (i) separação dos Poderes; (ii) funções típicas e atípicas dos Poderes; (iii) sistema de freios e contrapesos; (iv) controle de atos *interna corporis*.

Conceito 2 – Abordou corretamente apenas dois dos aspectos enumerados.

Conceito 3 – Abordou corretamente apenas três dos aspectos enumerados.

Conceito 4 – Abordou corretamente os quatro aspectos enumerados.

Quesito 1.2 – Progressão textual

Conceito 0 – Redigiu texto fragmentado, sem progressão lógica ou coesão interna.

Conceito 1 – Redigiu texto com coesão irregular, muitas repetições e(ou) falhas de conexão entre períodos/parágrafos.

Conceito 2 – Redigiu texto regularmente com boa progressão e coesão, com poucos problemas de ligação entre partes do texto.

Conceito 3 – Redigiu texto fluido e bem articulado em todas as suas partes, empregando corretamente mecanismos de coesão e coerência.